

ATA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA CODIR 10/02/2021

Data	10 e 17/02/2021
Horário	8:30 horas
Local	por webconferência

Lista de presença:	1. Uberlando Tiburtino Leite	Presidente do CODIR
	2. Jéssica Cristina Pereira Santos	Pró-Reitora de Administração - PROAD
	3. Gilberto Paulino da Silva	Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional - PRODIN
	4. Maria Goreth Araújo	Pró-Reitora de Extensão - PROEX
	5. Gilmar Alves Lima Junior	Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação - PROPESP
	6. Edslei Rodrigues de Almeida	Pró-Reitor de Ensino - PROEN
	7. Davys Sleman de Negreiros	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Cacoal
	8. Leonardo Pereira Leocádio	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Porto Velho Calama
	9. Aremilson Elias de Oliveira	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Vilhena
	10. Marco Aurélio Anequine de Macedo	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Colorado do Oeste
	11. Elaine Oliveira Costa de Carvalho	Diretora-Geral do <i>Campus</i> Guajará-Mirim
	12. Ênio Gomes da Silva	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Ariquemes
	13. Ariádne Joseane Felix Quintela	Diretora-Geral do <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte
	14. Letícia Carvalho Pivetta	Diretora-Geral do <i>Campus</i> Ji-Paraná
	15. Renato Delmonico	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Jaru
	16. Miguel Fabrício Zamberlan	Diretor-Geral do <i>Campus</i> São Miguel do Guaporé
	17. Aloir Pedruzzi Júnior	Diretor de Educação a Distância - DEaD
	18. Débora Gonçalves Lima	Diretora de Gestão de Pessoas - DGP
	19. Arijuan Cavalcante dos Santos	Diretoria de Planejamento - DPLAN
	20. Collien Rodrigo Néry	Assessoria de Comunicação - ASCOM
	21. Erlan Fonseca de Souza	Diretor de Gestão de TI - DGTI

PAUTA:
1. ABERTURA DA REUNIÃO PELO PRESIDENTE DO COLÉGIO

O Presidente do Colégio de Dirigentes do IFRO - CODIR conferiu o quórum, deu as boas vindas aos participantes e iniciou a reunião, por webconferência.

2. ORDEM DO DIA

Com a participação do colegiado acima elencado, o Presidente do Colégio de Dirigentes iniciou a reunião.

O Prof. Uberlando realizou uma breve retrospectiva das atividades do IFRO no ano de 2020. Ele destacou o sucesso acadêmico atingido por toda a comunidade acadêmica do IFRO, fruto do engajamento, dedicação e compromisso de nossos servidores e alunos frente aos desafios de adaptação para realização das atividades em período de pandemia. O desafio continua em 2021, embora havia esperança de estarmos em uma situação melhor de declínio da pandemia e retomada gradativa das atividades presenciais, o que terá que aguardar por mais tempo até alteração do cenário atual. Assim, ele agradeceu ao empenho de todos e continuemos neste espírito em 2021. Ele pontuou as obras e aquisições para implantação dos CTIs do IFRO (Centros de Inovação e Tecnologia) que foram concluídas com sucesso; outras que não puderam ser concluídas, e ficaram para 2021.

2.1. Alteração na Instrução Normativa do e-mail institucional - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.

O Sr. Erlan realizou uma apresentação para o Comitê com o conteúdo como segue:

IN de e-mail institucional - inserção de texto:

- O espaço de armazenamento de cada conta de e-mail é definido pelas plataformas utilizadas, podendo ser alteradas a qualquer momento, sem qualquer responsabilidade por parte do IFRO.
- As ferramentas de produtividade disponibilizadas por meio do uso do e-mail institucional, estarão sujeitas aos termos de uso de cada ferramenta.
- As normas aqui descritas são aplicáveis a todas as ferramentas de produtividade associadas ao e-mail institucional.

- O IFRO não se responsabiliza por backup de conteúdo, mas disponibiliza instruções para que o próprio interessado realize backup.

SUAP - Entregas em Produção

- Módulo Ensino:

- Adequação dos certificados;
- Melhorias em históricos e diplomas;
- Melhorias em matrícula *on line*.

- Módulo Assistência Estudantil:

- Melhorias no Assistência Estudantil.

- Módulo Frotas:

- Funcionalidade de upload para carga de dados de veículos.

- Módulo Estágio:

- Melhorias diversas no módulo estágio.

- Módulo Ensino:

- Melhorias no módulo de mini curso;
- Melhorias no histórico final do curso - carimbo.

Projetos em andamento

- Migração de Sistemas:

- Importação de dados do SIFRO para SUAP.

- Módulo Ensino:

- Melhorias no pré-matrícula;
- Melhorias no processo de rematrícula.

- Módulo Bolsa (novo):

- Gerenciamento de programas de BOLSAS-DEaD;

- Módulo Eleição: Em análise

- Módulo Eventos: Em análise

Informes Gerais:

- Melhorias no Painel de Indicadores:

- Perfil socioeconômico;
- Painel Ensino - Fonte de dados SUAP.

- Diplomas Digitais:

- Solicitação de adesão encaminhada - Propriedade da RNP - Instituições que utilizam SUAP e SIGA.

- Limitações GSuíte:

- Limite de 100 participantes. O *Google Meet*, reduziu a capacidade de participantes de 250 para 100.
- Gravações disponíveis por apenas 30 dias.

- E-mail de alunos - Pré-requisitos:

- Necessidade de resetar todas as contas institucionais;
- Definir melhor data para esta ação. Trata-se de um resete de senhas de usuários nos vários sistemas institucionais a que o servidor tem acesso, para atualização de senhas aumentando assim a segurança de TI. As instruções detalhadas serão enviadas por e-mail para o usuário. Então, definiremos uma data propícia para esse procedimento, com objetivo de transição tranquila, com menor impacto possível nas atividades, pois é esperado uma sobrecarga no sistema devido ao grande número de atualizações simultâneas.

IFRO Mobile

- Migrado para a loja de aplicativos do Gov.br;
- Desinstalar antigo e Instalar o novo app;
- Novo acesso - *login* é o número de matrícula do aluno ;
- Até a conclusão da migração dos alunos dos cursos Técnicos e rematrículas, não haverá informações acadêmicas no novo app.

Quanto as atualização no IFRO Mobile das informações acadêmicas, o Prof. Leonardo sugeriu que seja publicado um informativo no próprio aplicativo aos usuários, sobre o período em que o app estará em manutenção. O Sr. Erlan agradeceu e acatou a sugestão, e acrescentou que pedirá apoio da ASCOM para a divulgação adequada.

- Novas funcionalidades:

- Acesso pelos pais;
- Lançamento de aulas e frequência pelos docentes;
- ID IFRO (em breve).

<https://wiki.ifro.edu.br/wiki/sistema/8>

Migração do RAD - SUAP;

- Recomendações apontadas pela CGU no sistema atual:

- Ausência de relatórios gerenciais;
- Ausência de sistema de controle de atividade de Pesquisa e Extensão.

- Proposta:

- Migrar o RAD para o SUAP;
- Realizar adequações já na ferramenta integrada.

- Vantagens:

- Não será necessário o registro das horas de aulas ministradas pois será automático pelos registros do SUAP;
- Dados de ações/projetos de pesquisa e extensão já estão no SUAP;
- Estatísticas no SUAP.

O Comitê de TI ressaltou as contribuições de servidores que auxiliaram no desenvolvimento das ferramentas e fomentou um volume elevado de entregas de projetos de TI. O Prof. Uberlando e Sr. Erlan agradeceram a todos os envolvidos das diversas unidades.

2.2. Apresentação do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT).

2.3. Relatório de Auditoria 2020 da Controladoria-Geral da União/CGU e Portaria MEC nº 983/2020.

A Sr.^a Gleiciane S. O. Xavier de Mesquita, chefe da Auditoria Interna do IFRO (AUDINT), apresentou um resumo do PAINT.

A equipe da AUDINT é composta pela chefe e dois auditores: Sr.^a Adriana Garcia de Araújo e Sr. Romualdo de Souza Lima.

Os trabalhos de auditoria foram escolhidos levando em consideração a seguinte matriz de risco:

MATRIZ DE RISCO – PAINT/2021

PROBABILIDADE	Elevada					
	Muito Alta					
	Alta			6		
	Média			4	1 - 2 - 3 - 5	
	Baixa					
		Muito Leve	Leve	Moderado	Severo	Massivo
		IMPACTO				

Legenda:

- 1 – Administração
- 2 – Desenvolvimento Institucional
- 3 – Ensino
- 4 – Extensão
- 5 – Gestão de Pessoas

Trabalhos selecionados que seguiram os critérios de avaliação de riscosBolsas de Pesquisa:

- Objetivo: Avaliar a adequação dos mecanismos de controle dos pagamentos de bolsas, editais e documentos afins.

Transparência no relacionamento com fundações de apoio:

- Acórdão 1.178/2018- Plenário.

Política de Gestão de Riscos:

-Objetivo: Verificar a conformidade da Política de Gestão de Riscos do IFRO com a do Ministério da Educação -IN Conjunta MP/CGU nº 01/2016.

Atividades Previstas Para 2021

PAINT/2021
Acompanhamento das recomendações CGU/TCU
Parecer do Relatório de Gestão
Ação de Auditoria: Bolsas de Pesquisa (Matriz de Riscos)
Ação de Auditoria: Transparência no relacionamento com fundações de apoio
Ação de Auditoria: Acompanhamento da Política de Gestão de Risco
Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Audint/IFRO
Capacitação
Monitoramentos (1º e 2º Semestre)
Plano Anual da Auditoria Interna – PAINT
Relatório Anual da Auditoria Interna – RAIN

A Sr.^a Gleiciane contextualizou que o Programa de Gestão e melhoria da Qualidade é novo no âmbito da AUDINT. O Programa inclui capacitação para a equipe da AUDINT e o trabalho da auditoria será avaliado pelos auditados, com intuito de melhorar a qualidade.

Destaques 2020

- Entregas dos Planos de Ação pelas Unidades Auditadas;
- Dplad/*Campus* Ariquemes: Aprimoramento na fiscalização contratual;
- PROAD/Reitoria: Treinamento prático sobre o Pesquisa de Preço e desenvolvimento de planilha para auxiliar na tabulação e cálculos das pesquisas de preços.

*Benefícios de Repercussão Transversal

Pró-Reitoria de Extensão – PROEX

- Adoção do formulário denominado "Síntese de Execução dos Projetos" que contém dados de identificação do Projeto Saber Viver, quadro de metas e resultados, gráfico de evolução, tabela de despesas e relação da equipe atualizada;
- Detalhamento nos gastos desembolsados para o Projeto Saber Viver (informações detalhadas: data, valor, empresa beneficiária do pagamento).

A Sr.^a Gleiciane apresentou também as recomendações da CGU - Controladoria Geral da União para o IFRO.

Relatório de Auditoria CGU - 825984 - Contas 2019**Constatações – Relatório CGU**

Achado 01: Gerenciamento de riscos e controles internos relacionados ao objeto de auditoria.

Achado 02: Regulamentação da atividade docente no âmbito do IFRO.

Achado 03: Docentes do IFRO com produção nula de Pesquisa e Extensão, sem justificativa.

Achado 04: Docentes do IFRO com carga horária Para a Produção de Pesquisa e Extensão, no Sistema Informatizado da Instituição, sem registro no Sistema Lattes.

Achado 05: Docentes do IFRO que não planejam atividades para uma carga horária semanal compatível com seus contratos de trabalho.

Achado 06: Sistema utilizado pelo IFRO para planejamento e acompanhamento das atividades dos docentes não apresenta documentação que comprove a realização das atividades planejadas.

Achado 07: Os normativos internos do IFRO não estabelecem os requisitos previstos na portaria SETEC/MEC nº 17/2016 para o acompanhamento das atividades docentes.

Achado 08: A regulamentação interna da atividade docente não prevê critérios e/ou mecanismos de avaliação de resultados.

Achado 09: Os normativos internos do IFRO não observam os limites na composição da carga horária das atividades previstas na portaria SETEC/MEC nº 17/2017.

Achado 10: Descumprimento dos limites de carga horária aplicadas à atividade de ensino.

Achado 11: O sistema utilizado pelo IFRO para registro, acompanhamento e avaliação dos docentes não produz informações gerenciais.

Recomendações – Relatório CGU**Achados nº 3 e 5**

Recomendação 01: Adicionar, no sistema informatizado utilizado pelo IFRO para planejamento e acompanhamento das atividades dos docentes, controle que informe quando o professor não estabeleceu horário para pesquisa e extensão ou quando não está cumprindo sua carga horária contratada, de modo a realizar uma intervenção durante o semestre letivo.

Achado nº 4.

Recomendação 02: Estabelecer controle interno objetivando garantir que as produções de pesquisa e extensão realizadas pelos docentes sejam cadastradas na Plataforma Lattes tempestivamente.

Achados nº 3, 4, 5, 7, 9 e 10.

Recomendação 03: Efetuar levantamento dos docentes que não cumpriram a carga horária contratada, solicitando, posteriormente, justificativa para o não cumprimento, e em caso de não haver uma justificativa aceitável, providenciar o ressarcimento dos valores recebidos de forma irregular.

Achados nº 6, 7 e 8.

Recomendação 05: Ajustar e integrar os normativos que tratam de todas as atividades docentes, incluindo pesquisa e extensão, de modo a vinculá-los e neles prever:

- a) Que projetos de pesquisa e extensão sejam formalizados e registrados em sistema oficial de acesso ao público, incluindo os resultados alcançados;
- b) O detalhamento das atividades docentes e os limites de carga horário para cada tipo;
- c) A sistemática e as responsabilidades para o planejamento, a gestão e o acompanhamento;
- d) Os procedimentos, os prazos e as responsabilidades para elaboração, aprovação e a avaliação dos planos individuais e dos relatórios das atividades executadas;
- e) Os documentos, mecanismos, critérios e parâmetros que subsidiem os processos de aprovação e acompanhamento e possibilitem a avaliação dos resultados alcançados na execução das atividades docentes, em relação aos previstos

Achado nº 6.

Recomendação 06: Adicionar, no sistema informatizado utilizado pelo IFRO para planejamento e acompanhamento das atividades dos docentes, mecanismo de controle que exija o upload do documento comprobatório da efetiva realização da atividade planejada, bem como informe caso o professor não realize tal comprovação.

Achados nº 8 e 9.

Recomendação 07: Alteração da norma, visando compatibilizar os limites estabelecidos para as atividades de ensino com os previsto no item 7.2 do anexo da Portaria SETEC/MEC nº 983/2020, e considerando as metas institucionais.

Achados nº 9 e 10.

Recomendação 08: Avaliar a possibilidade de ajustar o processo de acompanhamento do RAD, visando inserir mecanismos de controle referentes à aprovação dos planos de trabalho, ao acompanhamento e à avaliação das atividades efetivamente realizadas, de modo a distinguir cada uma dessas etapas e definir o que será feito, quem, quando e como serão executadas (parâmetros, indicadores, mecanismos, documentos probatórios, sistema).

Achado nº 11.

Recomendação 09: Aprimorar as ferramentas e metodologias existentes no IFRO para avaliar a produção de seus docentes de modo que elas possam fornecer informações gerenciais para tomada de decisão dos gestores, em especial quanto: suficiência, fidedignidade, utilidade, facilidade, inteligência, custos, mensuração e governança.

Achados nº 9 e 10.

Recomendação 10: Avaliar a possibilidade de ajustar o processo de acompanhamento do RAD, visando inserir mecanismos de controle referentes à aprovação dos planos de trabalho, ao acompanhamento e à avaliação das atividades efetivamente realizadas, de modo a distinguir cada uma dessas etapas e definir o que será feito, quem, quando e como serão executadas (parâmetros, indicadores, mecanismos, documentos probatórios, sistema).

Achado nº 01.

Recomendação 11: Avaliar a possibilidade de revisar o processo de gerenciamento de riscos e controles relacionado à gestão da atividade docente com vistas a contemplar de forma mais objetiva riscos que possam impactar o alcance dos resultados referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão, tais como: descumprimento dos limites de carga horária aplicadas à atividade de ensino, bem como da jornada de trabalho prevista nos contratos de trabalho dos docentes; baixo índice de publicação de pesquisas; descumprimento de normativos, entre outras.

A Sr.^a Gleiciane informou que a CGU analisou os dados acessados pelo Sistema RAD (Regulamento de Atividade Docente) para algumas das constatações.

O Prof. Uberlando refletiu que as análises são bem complexas, apresentam uma percepção geral da atividade do IFRO que não é real, pois os dados foram analisados do sistema do RAD, e conforme foi explicado em reunião para a CGU, qual é a realidade das atividades do IFRO, foi apresentado quais os reais resultados entregues das diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Posteriormente, foram apresentados os demais sistemas de gestão das informações das atividades do IFRO, pelos quais monitoramos os indicadores para a tomada de decisão pela gestão (Painel de Indicadores do IFRO, Plataforma Nilo Peçanha, entre outros). Foram analisadas as falhas do sistema de registro RAD, o sistema foca muito em registro de carga horária docente. Devido à complexidade do ensino EPT (Educação Profissional e Tecnológica) da Rede Federal, que compreende ensino, pesquisa e extensão, além de pós-graduação e atividade de apoio à gestão, é um desafio a questão de comprovação de carga horária mínima de que é exigida. Desta forma, o sistema terá modificação no foco em consonância com o PIT (Plano Individual de Trabalho Docente) e RIT (Relatório Individual de Trabalho Docente) para apresentar de forma mais clara para a sociedade e órgãos de controle os reais resultados do IFRO. Será preciso maior conscientização dos docentes para o tempestivo preenchimento dos sistema. A CGU considerou que os docentes que não comprovarem/registrarem suas atividades, poderão sofrer ressarcimento ao erário. O Prof. Uberlando destacou que todos que tiveram interesse, participaram das discussões de construção do RAD, assim como seus vários aperfeiçoamentos em que trabalhamos. Porém, apareceram resultados novos, um novo sistema mais adequado por PIT e RIT, que planejamos adotar.

A Auditoria da CGU considerou ainda, a nova Portaria MEC nº 983/2020, de 18 de novembro de 2020, que trouxe atualizações benéficas para o ensino híbrido, mas trouxe o aumento de carga horária de sala de aula mínima de 14 horas para os docentes. Foi justificado à CGU que a adequação de carga horária estabelecida na portaria desconsidera a atividade integrada de ensino, pesquisa e extensão e oferta de pós-graduação, mas a justificativa não foi aceita. Assim como o Governo Federal/MEC está irredutível em adequar a carga horária dos IFs, eles solicitaram a comprovação por dados que esta carga horária não atende à missão da Rede Federal. De qualquer forma, o IFRO terá que se adequar às novas normas. Haverá reunião de CONIF e SETEC/MEC, mas estamos cientes que teremos que aumentar a carga horária docente em sala de aula, e conseqüentemente, haverá redução de disponibilidade para as demais atividades docentes.

O Prof. Gilmar destacou o trabalho de auditoria interna como importante para colaborar para o melhoramento da gestão. Ele é o presidente da CPRAD (Comissão Permanente do Regulamento das Atividades Docentes), informou que a CPRAD já havia detectado junto à DGTI, a necessidade de integração dos sistemas, com a migração de sistema para o SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública). Quanto à questão da portaria, a auditoria da CGU só apontou os docentes que não tiveram sua carga horária completa: se não preencheram o sistema adequadamente ou se estão realmente ociosos. Em sua opinião, deveria também detectar e verificar os casos individualmente, a auditoria da CGU não reparou nos docentes que tem elevado número de carga horária e, ainda assim, desenvolvem muitos projetos e atividades de gestão, além da carga horária estabelecida, registrando carga horária muito baixa ou próximo a zero para não ultrapassar as 40 horas/semana, com grande dedicação à instituição, seus alunos e projetos.

O Prof. Leonardo acredita que, considerando a nova portaria, o impacto maior será para as atividades de pesquisa, não haverá sobra de carga horária para dedicação a esta atividade. Para a extensão, o *Campus Calama* pensa em imitar uma portaria com a lista de oferta de cursos FIC, que serão computadas para o ensino.

A Prof. Letícia apontou um avanço trazido pela portaria quanto à abertura de opções para a EaD, com professor mediador. Ela acredita que o ensino híbrido acrescenta em carga horária, pois a dedicação docente é maior para atividade com alunos EaD. Ela destacou que portarias de apoio à gestão para atividade de monitoria são necessárias para complementar a carga horária em EaD, é preciso uma revisão dessa situação. A problemática da pesquisa não reflete a realidade da extensão, pois esta já foi curricularizada, o que é muito positivo. É necessário agora, curricularizar a pesquisa também. Ressaltou que é preciso registrar essas atividades para melhor refletir sobre elas.

O Prof. Aremilson ponderou que, realmente, alguns docentes precisam estar mais atentos ao registro das atividades, conscientizar-se que é uma exigência para verificação dos órgãos de controle, não se trata apenas de controle da gestão, no entanto, auxiliam a gestão na distribuição das atividades. Ele ressaltou o especial destaque para a pesquisa que foi percebido pela sociedade no ano de 2020, com a crise pandêmica.

A Prof.^a Ariádne apontou sobre os projetos integradores de ensino, pesquisa e extensão, que são atividades indissociáveis nos IFs. No entanto, nossos sistemas não possibilitam o registro de forma adequada, pois requer o registro das atividades individualmente. Ela destacou que, geralmente, o professor de sala de aula desenvolve também a pesquisa e a extensão no dia a dia, e não há essa separação, por isso é difícil registrar. Partilhou que no *Campus Zona Norte*, está sendo elaborado um edital integrador, mas haverá o desafio para o registro. Espera-se com este edital incentivar os docentes que não participam de pesquisa e extensão, apesar dos desafios em melhorar os registros. Ela ratificou ainda, que os sistemas de registro separam ensino, pesquisa e extensão por conta também das legislações, que apresentam as definições separadamente. O questionamento é que o ensino, a pesquisa e a extensão são atividades indissociáveis na prática, mas não nos sistemas e regulamentos.

O Sr. Erlan partilhou que o novo módulo do SUAP foi apresentado à CGU, a proposta é a implantação para o 2º semestre de 2021. Será um sistema único, ou seja, o professor não precisará registrar suas atividades em vários sistemas. A DGTI terá que adequar o sistema para emissão de relatórios de acompanhamento e ferramentas de publicização das informações.

O Prof. Sérgio Francisco Loss, Diretor de Extensão, refletiu que precisamos avançar em melhorar os registros de forma mais atual, o SUAP integra as diversas atividades de extensão, inclusive as ferramentas utilizadas pela gestão, com detalhamento. Ele apontou também a importância da criação de portfólio do IFRO para ser divulgado no Portal do IFRO.

A Sr.^a Goreth frisou a importância de registrar todos os editais e projetos nos módulos SUAP de editais e de projetos que já temos habilitados, mesmo os que não têm recebimento de recursos, para melhor registro e acompanhamento tanto de gestores e órgãos de controle com publicação no Portal do IFRO.

O Prof. Edslei tem ressalvas em relação à portaria que alterou a carga horária, tanto nos termos jurídicos quanto na redação não clara da portaria. Ele destacou as falas dos DGs, que é um melhoramento trazido pela portaria que é a ampliação do entendimento de "aula", para abarcar as diversas atividades, inclusive EaD.

Encaminhamento - Deliberação do tema de melhoramento do sistema pela CPRAD, levado pelos membros da CPRAD aqui presentes. O Prof. Gilmar partilhou que a CPRAD vai propor um calendário para esta atividade em todo o IFRO, para discussão e mobilização nos *campi* para amplo debate, incluindo atividade EaD, curricularização da pesquisa, e vai acrescentar a questão de programas institucionais. Segue a proposta de calendário:

Calendário CPRAD	
Discussão da Resolução e Anexo I da Resolução RAD na CPRAD	19/02 a 19/03
Abertura da Consulta Pública	22/03 a 22/04
Retorno das atribuições e elaboração de proposta de alterações pela CPRAD	23/04 a 14/05
Discussão e aprovação de regulamentos nos Conselhos Institucionais	17 a 31 de maio

2.4. Live de início das aulas.

A realização de uma *Live* é interessante para proporcionar melhor interação dos novos alunos e ambientação no Instituto, e possibilitará que os questionamentos sejam respondidos em tempo real. Além da realização da *Live*, é muito útil a disponibilização de vídeo institucional com as boas vindas e principais informações aos ingressantes.

Os Profs. Renato e Ênio consideraram muito positivo a *Live*, no entanto, o período de início do ano letivo foi postergado nos *Campi Jarú* e *Ariquemes*. Então, seria interessante que não fosse realizada em uma data muito distante da data do início das aulas.

Após deliberação de data mais adequada, o colegiado resolveu:

Encaminhamento - *Live* de início das aulas dia 02/03/2021, para todas as unidades.

2.5. Planejamento do recebimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

A Sr.^a Jéssica apresentou uma planilha com os itens de EPI para proteção contra Covid-19, que estão sendo adquiridos para o IFRO. A planilha foi compartilhada com os *campi* para conhecimento, o empenho foi feito pela reitoria desses itens básicos para todo o IFRO, trata-se de uma aquisição institucional. Como não há consumo anterior, há dificuldade em determinar o quantitativo real de uso, tendo que esta é a primeira vez que precisamos da maioria desses itens. Alguns itens não tiveram sucesso para aquisição no pregão, como é recorrente em licitação, por vezes não conseguir algum item. Os produtos estão sendo entregues na reitoria e a PROAD organizará a logística para distribuição aos *campi*.

2.6. Regulamento de Concessão de Auxílios Financeiros em Caráter Excepcional a Estudantes.

O Prof. Edslei relatou que foi necessário adequar os trâmites para concessão dos auxílios estudantis durante a pandemia, para a tramitação de forma remota e criação de auxílio digital para esta nova realidade. O planejamento de Assistência Estudantil para 2021, foi planejado para atividade regular presencialmente, mas devido ao cenário de aumento de pandemia, é preciso ajustar o regulamento para receber os novos alunos e execução dos programas previstos no REPAE. A proposta de resolução será apreciada na próxima reunião do CONSUP.

O Prof. Aremilson destacou como proveitosa a interação realizada pela DAE (Diretoria de Assuntos Estudantis) com CAED/*Campus* Vilhena (Coordenação de Assistência ao Educando) para tratar dos programas que serão executados este ano, ficou bom esse alinhamento para melhor preparo das equipes, em sintonia com a os trâmites para a execução e com a PROAD.

2.7. Processo Seletivo 2021 fase 2 - Cursos de Graduação.

O Sr. Collien apresentou como está estruturada a divulgação do PS Graduação 2021 - Fase 2.

Campanha orgânica – PS 2021/1 Fase 2 (Graduação).

Portais do IFRO:

- Matéria jornalísticas;
- Banners rotativos;
- Pop-ups;
- Hotsite didático;
- IFRO Mobile.

Redes Sociais:

- Facebook;
- Instagram;
- Twitter;
- Youtube e WhatsApp:
 - Postagens (img e texto);
 - Vídeos relatos - Vídeos promocionais;
 - Live - Chamada em libras.

E-mail:

- Mala direta (público interno e parceiros);
- Mailing imprensa

Imprensa:

- Tv, Rádio e sites:
 - Sugestões de pauta
 - Entrevistas
 - Listas de transmissão

Rádio: Comercial 30” 14 dias (15 a 28/02/21) - 17 rádios em 9 cidades (3 a 5 diárias / 994 total)

Internet: post e banners patrocinados 31 dias (1 a 31/03/21) - Facebook, Instagram, Twitter, Google e Youtube Alcance em todo o Estado de RO.

TV: Comercial 30” 7 dias (21 a 27/03) 5 emissoras em 4 cidades - Globo (60 inserções) - RedeTV (48 inserções) - Record (9 inserções) - SBT (4 inserções) - Band (6 inserções)

Outdoor: 9m x 3m 30 dias (março de 2021) - 6 cidades e entornos (+ 3 a verificar empenho)

Busdoor: Bissemanal (março de 2021) - 4 cidades (verificar empenho)

O Sr. Collien destacou que a novidade desta campanha é a divulgação paga em emissora de TV.

O Prof. Aremilson destacou como positivo a admissão de PS por nota de ensino médio (histórico escolar), bem como por nota do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). No entanto, ele partilhou que o *Campus Vilhena* já estava divulgando, extraoficialmente, que este ano o PS seria apenas pelo ENEM este ano em virtude da pandemia. De forma que quando saiu o edital foi uma surpresa e surgiram muitas dúvidas de possíveis candidatos e da comunidade em geral.

O Prof. Uberlando contextualizou que inicialmente seria feito 100% ENEM, conforme já estava definido. No entanto, foi percebido que muitos IFs realizariam PS com avaliação do histórico por notas sem a aplicação de prova de redação. E, uma vez que percebemos a possibilidade de realizar o certame com as duas possibilidades (por nota ENEM ou histórico escolar), consultamos o procurador para analisar a viabilidade jurídica, para oportunizar a participação de grande parte da população de Rondônia que não participa do ENEM, como já discutimos muitas vezes, com o agravante de que este ano, uma parcela ainda maior não participou do ENEM, e isso se deu uma semana antes do lançamento do edital. Com essa justificativa, ele pediu desculpas pela falha na comunicação, mas foi em razão do tempo exíguo.

2.8. Análise sobre as matrículas dos cursos do Processo Seletivo 2021 fase 1.

Esta pauta é para o colegiado deliberar sobre a realização de chamadas para o preenchimento das vagas do PS2021 fase 1. A proposta é de aumentar o quantitativo para as listas de chamadas visando o preenchimento de todas as vagas, esta será a 3ª Chamada e última, conforme prevista no edital. Algumas listas de candidatos aprovados estão esgotadas, ou seja, não há mais candidatos habilitados para o chamamento. Para as listas que ainda tem candidatos, possivelmente será preciso realizar mais chamadas além da 3ª Chamada prevista no edital.

O Prof. Renato partilhou que as matrículas *on line* têm agilizado muito o trabalho da CRA/*Campus Jaru* (Coordenação de Registro Acadêmico) para análise da documentação dos candidatos e devolutiva. No entanto, uma boa parte dos pais dos alunos manifestam alguma dificuldade na utilização do sistema e a CRA proporciona o contato para auxiliar no processo. Ele considerou que a proposta de chamamento para preenchimento de vagas remanescentes, conduzido pelo *campus*, para o preenchimento das vagas, não abarcaria a complexidade de um processo seletivo especial, seria uma forma ágil e eficiente para preenchimento das vagas remanescentes, em tempo hábil para que não incorram em atrasos ao ano letivo.

A Sr.^a Wilka Alexandra de Lima Campos, Coordenadora da CEA (Coordenação de Exames e Admissão) propôs a possibilidade de realizar chamadas além da 3ª Chamada, através de uma chamada por lista de interesse, através de *google forms*, ou outra metodologia similar, adotada conforme a preferência de cada *campus*.

O Prof. Edslei considerou que a saída para os cursos em que a lista de candidatos foi esgotada, e não há mais candidatos habilitados para serem chamados, poderemos então, lançar processo seletivo especial, para preenchimento dessas vagas remanescentes.

O Colegiado apresentou a proposta de edital unificado para os cursos que não tem candidatos habilitados.

Foi questionado se há opção de aproveitamento de candidatos de um curso para outra opção, pois há cursos mais concorridos que possuem candidatos habilitados com notas boas para preenchimento de vagas em outro curso. O Prof. Uberlando refletiu que está é uma opção desafiadora considerando também a possibilidade de questionamento de candidatos que já confirmaram a matrícula em outro curso, mas que teriam interesse em mudar de curso ou de turno. Acredita-se que o lançamento de um novo edital seria o mais adequado.

A Sr.^a Wilka ponderou que a dificuldade seria quanto aos prazos, para não acarretar em atraso de início do ano letivo. Assim, ela propôs o lançamento de editais individuais por *campus* para atender o prazo de início das aulas cada unidade, tendo em vista que os *campi* têm datas diferentes, para não atrasar o início de algumas unidades.

O Sr. Izaqueu Chaves de Oliveira, Diretor de Ensino do *Campus Ariquemes*, perguntou se os candidatos que foram aprovados mas perderam o prazo para matrícula, teriam que se inscrever novamente no processo seletivo. A Sr.^a Wilka respondeu que sim, porque de acordo com o edital, este candidato foi desclassificado e terá que participar novamente do certame.

O Prof. Aremilson manifestou o posicionamento de realizar um processo unificado pela CEA, mas com prazos diferenciados por unidade.

Foi apontado que para o lançamento de novo edital de PS especial pela CEA dois pontos de observação:

1. concomitância do PS de graduação, ficaria confuso para o público e todo o processo de divulgação de 2 certames ao mesmo tempo, bem como o difícil gerenciamento pelos setores envolvidos (Ascom, CEA, DGTI); e
2. a limitação da CEA em gerenciar 2 certames ao mesmo tempo, em fases diferentes, para os mesmos cursos, que reverberará em prazos diferentes para chamadas e matrículas, etc.

A Sr.^a Wilka propôs que CEA poderá enviar um modelo de edital para lançamento e gerenciamento de cada *campus*, individualmente, com método alternativo, talvez *google forms*, mas feito pela unidade. Pois não há como utilizar o sistema eletrônico de inscrições sem o gerenciamento da CEA, porque os *campi* não receberam capacitação para manuseio de todo o sistema de inscrições. O Processo Seletivo Especial - PSE já pode ser lançado agora, para as unidades que tem esta demanda, especialmente para as unidades que não possuem lista de espera. Ela destacou para tentar seguir o cronograma da terceira chamada neste novo processo (chamamento das vagas remanescentes).

O Colegiado deliberou sobre dois pontos para definição:

1. Edital PSE - O Colegiado aprovou o lançamento de edital de para vagas remanescentes pelos *campi*, por unanimidade.
2. Realização de 3ª Chamada - o colegiado aprovou por maioria, a realização de 3ª chamada ampliada em quantitativos, assim, será uma última chamada contemplando todos os candidatos aprovados no certame. Excluído o *Campus Calama* devido a numerosa lista de candidatos habilitados em lista de espera para preencher as vagas. O chamamento deverá ser em

quantitativo suficiente para preenchimento das vagas, para não ocasionar aglomeração de pessoas. Houve 5 votos contrários a esta proposta, que votaram a favor de seguir o fluxo que já estava estabelecido no edital, pelos seguintes membros: Prof. Ênio, Prof. Edslei, Prof. Gilmar, Sr.^a Goreth e Sr.^a Jéssica.

Encaminhamento: Ficou definido é que haverá uma 3ª chamada com todos os candidatos aprovados da lista de espera, e depois, os *campi* poderão lançar o edital do PSE individual para para *campus*, sob gerenciamento do próprio *campus*. Somente o *Campus Calama* não fará uma 3ª chamada com todos, pois as listas de espera são extensas, com candidatos habilitados aguardando para serem chamados.

O Prof. Uberlando ponderou que a questão de realização de muitas chamadas já era uma problemática antes da pandemia, com tantas chamadas. Ele apontou também a questão de baixo interesse em determinados cursos, a parte da situação de pandemia, a instituição deve avaliar a oferta desses cursos, que em anos anteriores já apresentavam declínio de demanda pelos candidatos. Desta forma, ele propôs uma análise institucional pelos *campi* e reitoria para análise constante das demandas de cursos. Esta é uma reflexão crítica para todos nós, acerca das causas dessas vagas não preenchidas por uma instituição tão bem conceituada como o IFRO, uma vez que o Instituto oferta o melhor curso nível médio no estado, gratuito, com profissionais qualificados e com desenvolvimento de atividades relevantes na sociedade, sim, há cursos que são muito concorridos, contudo há esses cursos com baixo interesse pelos candidatos.

2.9. Oferta da Pós-Graduação em Gestão de Educação a Distância.

O Prof. Aloir solicitou divulgação do edital para seleção de alunos do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão em Educação a Distância (EaD). Ele contextualizou que diante do elevado número de oferta de cursos EaD, foi identificada a necessidade de ofertar uma qualificação aos servidores, não só em função da EaD, mas também do ensino híbrido. Esta especialização atenderá essa demanda em todo o estado. O IFRO, pensando em qualificar seus próprios servidores, reservou 5% das vagas para servidores para cada *campus*. Ofertamos 250 vagas e as inscrições já ultrapassaram um mil, até o momento. Link para o edital: <https://selecao.ifro.edu.br/especializacao/2021/789-edital-n-01-2021-selecao-para-ingresso-da-pos-graduacao-lato-sensu-em-gestao-em-educacao-a-distancia-ead>

Ele informou também a realização de uma capacitação de curta duração para manuseio da plataforma *moodle*, para capacitação técnica de gestão do *moodle*, não docente. Deverão ser indicados pelos DGs 2 servidores interessados, por unidade. Foi enviado um processo pelo SEI (Sistema Eletrônico de Informação) aos *campi* para resposta até dia 18/02. Atualmente, a gestão do *moodle* é realizado no âmbito da DGTI, na reitoria. Por isso, identificamos a demanda por capacitação aos servidores lotados nos *campi*, para possibilitar a transferência para uma gestão local.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Devido a pauta extensa desta reunião, o colegiado optou pela continuidade da reunião para deliberar os demais temas da ordem do dia na próxima quarta-feira, dia 17/02/2021, na parte da tarde.

CONTINUAÇÃO DA REUNIÃO EM 17/02/2021, ÀS 14.30H.

Com o retorno da reunião, foram sugeridos as seguintes inclusões na Ordem do Dia:

1. O Sr. Gilberto solicitou a inclusão da apresentação do Plano de Trabalho do Comitê Técnico de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno-CTGGRCI/IFRO, para 2021.
2. O Prof. Aremilson apresentou um ponto para deliberação do Colegiado sobre a realização de estágio.
3. O Prof. Uberlando apresentou a inclusão dos informes da reunião do CONIF com o Ministro da Educação.

Plano de trabalho do Comitê Técnico de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno-CTGGRCI/IFRO, para 2021.

O Gilberto informou sobre os seguintes pontos:

- a recomposição do Comitê Técnico de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno-CTGGRCI/IFRO, para 2021, para ocupação de algumas representações das unidades que estavam vagas. Ele informou que as comissões serão atualizadas periodicamente, duas vezes por ano, para que não fique desfalcada com cargos vagos. A recomendação é para que a portaria das comissões tenham a previsão de 3 horas semanais de carga horária de trabalho para dedicação à comissão. A Proposta do Plano de Trabalho envolverá a participação de titulares e suplentes.
- Continuarão sendo emitidos os Relatórios trimestrais.
- Revisão da Política de Gestão de Risco para melhoramento e atualização, que também foi sugerida pela CGU.
- Revisão também do Mapa de Riscos para atualização de riscos que já foram superados e para incluir a abrangência de novos processos. Atualização do Painel de Riscos para que reflita melhor os trabalhos realizados.

A Sr.^a Goreth solicitou, no que tange à revisão sobre de processos, para uma reflexão criteriosa antes da inclusão de novos processos, quanto à capacidade dos setores em acompanhar de fato, a gestão dos riscos, até que haja maior domínio para gestão desses processos selecionados, para viabilizar um acompanhamento mais eficiente pelos setores responsáveis, pois há servidores que ainda não dominam toda a temática de Gestão de Riscos, que é algo bem complexo e trabalhoso para as equipes.

Encaminhamento - O Colegiado aprovou o Plano de Trabalho do CTGGRCI/IFRO, para 2021, por unanimidade.

2.10. Parceria com SETUR para oferta de cursos na área de Turismo.

A Sr.^a Goreth apresentou a proposta recebida da SETUR (Secretaria de Turismo do Estado de Rondônia), que solicitou cursos na áreas de turismo, dentre cursos técnicos, FIC e Pós-Graduação *Lato Sensu*. Solicitaram a disponibilização de alguns cursos de curta duração pela plataforma MOOC, para realização a qualquer tempo, disponíveis de forma bem

acessível no Portal da SETUR. E, os cursos de maior duração deverão estar disponíveis na plataforma AVA do IFRO. Assim, ela solicitou uma análise dos *campi* para viabilidade de oferta de, pelo menos, parte dos cursos solicitados para 2021, e apresentou a planilha de listagem dos cursos. A proposta é bem ampla, dentro das áreas do turismo há o destaque para a área de gastronomia. Os cursos estão em consonância com a rota turística estabelecida para o Estado de Rondônia.

Já foi informado à SETUR em 2020, que não era possível atender a todos os pedidos de uma só vez, pois havia grande demanda de execução dos cursos FIC do Programa Novos Caminhos, naquele momento. A SETUR disponibilizará recursos nos mesmos valores do Programa Novos Caminhos. Desta forma, vamos compilar as propostas das unidades para dar uma resposta unificada à SETUR, o Processo será enviado aos *campi* pelo SEI para manifestação e compilação das propostas.

Ela partilhou que o IFRO está recebendo propostas de várias secretarias para capacitação, que serão encaminhadas aos *campi* à medida que forem chegando, para avaliação de viabilidade em providenciar o atendimento, dentro do possível.

2.11. Calendário de reuniões do CODIR.

Foi apresentada uma proposta de calendário para realização das reuniões do CODIR em 2021, com uma reunião mensal.

O Prof. Miguel considerou que reuniões quinzenais seriam mais adequadas para agilizar as decisões.

O Prof. Renato sugeriu que sejam mensais, e havendo demandas, poderemos marcar mais uma reunião quinzenal.

Encaminhamento - Calendário mensal aprovado como segue, com uma reunião mensal e a possibilidade de convocação de reunião quinzenal, sob demanda.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CODIR EM 2021
10 DE FEVEREIRO
10 DE MARÇO
14 DE ABRIL
12 DE MAIO
9 DE JUNHO
7 DE JULHO
11 DE AGOSTO
15 DE SETEMBRO
13 DE OUTUBRO
10 DE NOVEMBRO
8 DE DEZEMBRO

2.12. Reitoria Itinerante 2021.

A proposta é para realização de reunião com as equipes da reitoria com todos os *campi*, no mês de abril. É importante levar aos servidores as atualizações de desafios e informações orçamentárias para o ano, e considerações acerca do andamento da vacinação e possível retorno das atividades.

Há o debate nacional sobre a vacinação prioritária de servidores da educação, para possibilitar o retorno das atividades presenciais.

Encaminhamento - O Colegiado aprovou a realização da Reitoria Itinerante para abril. As datas serão decididas com cada unidade, e será apresentada na próxima reunião do CODIR, para o conhecimento de todos.

3. INFORMES

3.1. IF Empreendedor.

A Sr.^a Goreth informou que este evento será promovido com recursos da SETEC/MEC, por meio de TED (Termos de Execução Descentralizada), para a seleção de 7 (sete) propostas empreendedoras para cada IF. O objetivo é de oferecer apoio a empreendimentos locais, durante 6 meses, em 2021, para prestar assessoria aos empreendedores selecionados para superação de crise financeira gerada pela pandemia. Concorrerá ao certame propostas de equipes compostas por 1 professor com até 6 (seis) alunos, com recebimento de bolsas e haverá a designação de um coordenador geral, por Instituto. O edital será publicado em breve, daremos publicidade do certame.

3.2. IDEATHON (parceria com o SEBRAE).

A Sr.^a Goreth informou que em 2020, este evento foi cancelado devido à baixa adesão dos participantes. Este ano, o evento está no calendário acadêmico do IFRO de 09 a 11 de abril de 2021. O Evento é voltado para os alunos, como evento de imersão, a exemplo do "Células Empreendedoras" e "Start Up Week". Um dos objetivos é para fomentar o desenvolvimento de soluções para problemas locais. O IFRO poderá realizar um evento único ou um para cada unidade, a depender do interesse dos *campi*. As inscrições serão abertas ainda em fevereiro, o SEBRAE está finalizando a proposta de abertura das inscrições, em breve.

3.3. Oficinas sobre Curricularização de Extensão, Elaboração de Projetos, Avaliação e Acompanhamento de Projetos no SUAP.

A Sr.^a Goreth informou que serão realizadas oficinas para capacitação dos servidores, para esclarecer as muitas dúvidas para a atividade docente que ainda existem especialmente sobre a curricularização da extensão, assim como sobre a elaboração de projetos, avaliação e acompanhamento de projetos integradores no SUAP. As inscrições serão abertas, encaminharemos divulgação das informações, em breve.

Ela agradeceu a toda a equipe do *Campus* Zona Norte, que se propôs o evento para tratar desses temas.

Eventos:

Games digitais para meninas - Será um evento de parceria do IFRO com a instituição americana da Google - "Ideias do Futuro", que é um programa estudantil de empreendedorismo tecnológico para fomentar o interesse de meninas desenvolvedoras de games. Haverá uma palestra sobre profissionalização de games, para o desenvolvimento da carreira em games e tecnologias, será aberta para todos os alunos e servidores interessados, a realizar-se em março de 2021. As inscrições estão abertas, a Sr.^a Goreth solicitou a divulgação nos *campi*.

E-JIF 2021 - Jogos digitais. As três modalidades serão: Xadrez, *Free Fire* e *Legue of Legends*. Cada IF indicou dois representantes para receberem capacitação e ambientação na plataforma digital em que os jogos serão realizados, em fevereiro e março, a fim de serem replicadores no Instituto para os demais servidores envolvidos nos jogos. Primeiramente, será realizada uma etapa interna dos jogos (março e abril), e os selecionados participarão da etapa nacional (maio e junho).

Projeto Laços - Trata-se de projeto de extensão para produção de máscaras de tecido, com a oferta de curso FIC de corte e costura. Foram adquiridas máquinas de costuras e insumos para os *campi*, conforme foram selecionados em edital. Haverá o pagamento de bolsas aos participantes.

Proposta de informatização de municípios de Rondônia - Esta é uma proposta do Senador Confúcio Moura para informatizar escolas e postos de saúde municipais. Serão escolas de 17 municípios e postos de saúde de 13 municípios, que serão contemplados no Programa. O IFRO executará a compra de equipamentos de informática e criação e implantação de sistemas de comunicação entre aluno/escola, a exemplo de como é o App IFRO Mobile, e oferta de capacitação para os servidores municipais. A proposta foi apresentada ao secretário estadual, e, posteriormente, será apresentada ao senador, que destinará emendas parlamentares para a realização deste projeto.

Esta é uma oportunidade de estreitamento para oferta de outros serviços à sociedade pelo IFRO. Esse projeto é muito relevante também para um desenvolvimento ainda maior de nossos professores e alunos, com oportunidade de recebimento de bolsas e/ou estágios, e, com possibilidade, posteriormente, de criação de *Start Ups* de nossos alunos para consultoria em TI, desta forma, serão ações com potencial de geração de renda para a população. O Projeto prevê a implantação, nessa fase inicial, em 30 municípios, e, posteriormente, poderá ser ampliado para todo o Estado de Rondônia. O IFRO tem capacidade de aceitar e executar esse desafio, que está em consonância com a missão do IFRO para fomentar o desenvolvimento tecnológico e sustentável regional, melhorando a qualidade dos serviços de saúde e de educação para a sociedade. E fomentar assim, o entendimento de Projeto de "Educação 5.0", educação empreendedora colaborativa com tecnologia, para o Estado de Rondônia.

A Prof.^a Letícia partilhou que o *Campus* Ji-Paraná, executa um projeto para atender a rede municipal de ensino, e atende a várias escolas, assim, o *campus* terá o potencial para atender a mais escolas, com esta nova proposta.

Reunião com a SEAGRI - O IFRO participou de reunião com o Secretário de Agricultura do Estado de Rondônia. Nesta oportunidade, foi apresentado o potencial do IFRO e muitas possibilidades de parcerias, tanto na área agrícola como na área de desenvolvimento de TI. O IDARON (Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia) dispõe de recursos para investir em pesquisa e extensão de diversas áreas, assim como a EMATER/RO (Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia) e o IFRO tem potencial de apresentar projetos. É preciso alinhar este diálogo com os grupos de pesquisa do IFRO para que eles estejam a par das oportunidades de parcerias para desenvolvimento de pesquisas. Outras instituições de pesquisa parceiras do IFRO também podem apresentar projetos, como a EMBRAPA, a FAPERÓ, e outros parceiros. O *Campus* Cacoal já executa parcerias com a SEAGRI para desenvolvimento e repasse de tecnologia aos produtores de café para a produção e beneficiamento do café (café *gourmet* e café em cápsulas), e tem potencial para ampliar o escopo ainda mais, e ampliar os laboratórios, equipamentos, entregas de pesquisa, além de ofertar capacitações à sociedade e promover o desenvolvimento regional com agregação real de valor para a produção. Também, o *Campus* Colorado do Oeste já tem parcerias muito positivas e potencial para ampliá-las.

O Prof. Edslei destacou que a SEAGRI tem laboratório de leite com tecnologia de ponta, para pesquisa e capacitação no estado, que pode ser utilizado.

O Prof. Aremilson partilhou sobre a parceria do *Campus* Vilhena com a SEAGRI, que atendeu à demanda de 600 protetores faciais para feirantes em toda a região Conesul do Estado de Rondônia, e o *Campus* está elaborando novo projeto. Também há projetos da "Fábrica de Softwares" do *Campus* Vilhena, que desenvolve sistemas sob demanda para prefeitura e outras entidades que demandam sistemas de TI específicos.

O Prof. Gilmar refletiu como é possível um alinhamento na busca de recursos para ampliar a infraestrutura de pesquisa, de projetos que causem impacto positivo e objetivo na sociedade, como foi citado os exemplos do *Campus* Cacoal com o café, e o *Campus* Vilhena com a Fábrica de Softwares, que são exemplos que demonstram que dispomos de grande potencial para buscar parcerias através dos CTIs (Centros de Tecnologia e Inovação do IFRO), com nosso quadro de servidores qualificados, para atender demandas da sociedade. Destacou ainda, a importância em aproveitar as demandas que estão chegando para ampliar os projetos já executados anteriormente no âmbito do IFRO, como uma forma de dar continuidade e ampliação dos projetos já existentes, pois normalmente, são apresentados novos projetos correlatos e, por vezes, não há continuidade da pesquisa já realizada. Desta forma, poderemos fomentar projetos mais robustos, mais consistentes e mais longos (ainda que divididos em etapas), para ampliar a composição do portfólio do IFRO.

Encaminhamento - a partir das reuniões com a SEAGRI, foram feitas anotações pelas equipes para formalizar propostas. Com destaque do potencial da agroindústria em todo o Estado. Os *campi* poderão fazer uma discussão interna para análise da estrutura que dispõem e quais equipamentos e materiais precisariam para desenvolver a parceria. O objetivo é apresentar a estrutura ideal para que o parceiro avalie o que ele poderá atender. Para o agendamento de reunião dos *campi* com uma instituição parceria, é importante ter um representante da reitoria, para otimizar a viabilidade da parceria, da forma mais eficiente possível.

Estágio e disciplinas práticas dos alunos do IFRO - Diante da situação de pendências de realização de estágios e disciplinas práticas, que ficaram sem fechar em 2020, o Prof. Edslei enfatizou o entendimento de que há a expectativa dos alunos de receber a formação completa, assim como a do Instituto em fornecê-la. Porém, diante desta situação de pandemia mundial, somos obrigados a observar os cuidados para a preservação da vida, e muitas atividades não puderam ser finalizadas. No intuito de orientar essa dinâmica, a PROEN e a PROEX publicaram em conjunto, a (Instrução Normativa) IN nº 03, que trata desse tema. Tendo em vista que o cenário da pandemia ainda não se resolveu em 2021, fica priorizado a realização das atividades de estágio e disciplinas práticas por meios digitais, e excepcionalmente, se houver realização de atividade presencial, com observâncias das medidas protetivas de biossegurança. De forma que, quando houver segurança para todos, poderemos retomar com as atividades parcialmente presenciais.

A Sr.^a Goreth fez uma revisão do tema, conforme já foi encaminhado em reunião anterior, sobre a possibilidade de realização de estágio presencial para alunos maiores de idade (18 anos), desde que atendidos os critérios de biossegurança, é possível sim, observando também a fase de avanço da pandemia local, em cada município. Para exemplificar, houve situações de estágios em fazendas para cursos da área agrícola, que são em áreas abertas, sem aglomeração de pessoas, em que pôde ser liberado o estágio de forma presencial, a critério do *campus*, sempre observando as recomendações de proteção à saúde.

Foi destacado que, neste momento, o estado todo está na fase 1, a fase mais severa.

Encaminhamento - Enviar aos *campi* as instruções de que cada *campus* deve avaliar a viabilidade de realização de estágio e/ou prática profissional presencial, de acordo com a classificação do município, avaliando o local do estágio. Lembrando que a Nota Técnica do Ministério do Trabalho proibiu atividades presenciais para menores de idade (18 anos).

Reunião do Ministro da Educação com diretoria do CONIF: Foram destacados os seguintes temas:

Flexibilização da Portaria nº 1.096 - Esta portaria estabeleceu o retorno das aulas presenciais em 1º de março de 2021 para os cursos de graduação, em âmbito nacional. O Ministro considerou que o cumprimento da data estabelecida na portaria não é discricionário, foi deliberado na reunião, sobre a autonomia dos gestores das autarquias federais para decidir sobre a data de retorno. Alguns IFs sugeriram estabelecer a condição de vacinação prioritária dos servidores da educação para o retorno de atividades presenciais. A equipe do MEC destacou que as instituições devem justificar os motivos porque não podem retomar as atividades presenciais, e quais seriam as condições necessárias para viabilizar o retorno. Pontuou que os reitores não informaram que não teriam condições de retornar, e destacou que algumas faculdades particulares estão retornando aos poucos, com rodízio.

Com estas considerações apresentadas, o Colegiado deliberou se o IFRO deverá aderir à condição de retorno presencial mediante vacinação dos servidores. O Colegiado avaliou que, ainda que haja a vacinação de todos os servidores, o retorno das aulas presenciais colocaria em grande risco de exposição à contaminação por Covid-19 todos os alunos e seus familiares que coabitam; são mais de dezoito mil alunos em todo o estado. Foi destacado que a maioria dos alunos utilizam transporte público, com aglomeração de pessoas. O Colegiado avaliou também as instalações de sala de aula, para proporcionar a segurança com ambientes abertos, ventilação e distanciamento entre os alunos, além de aquisição de EPIs; a aquisição de alguns EPIs já está em andamento. Foi ponderado que as janelas das salas de aula deverão permanecer abertas, providenciar a instalação de ventiladores e não utilização dos aparelhos de ar condicionado, que é um desafio no Estado de Rondônia, devido às altas temperaturas. O *Campus* Guajará-Mirim adquiriu ventiladores de teto para serem instalados nas salas de aula. Mesmo após todas as adequações possíveis, não haveria garantia de que os alunos estariam em segurança, e, nesse momento, a preservação da saúde dos nossos alunos e seus familiares é a responsabilidade precípua dos gestores. Desta forma, o CODIR concluiu que a vacinação dos servidores não é condicionante única para o retorno das aulas presenciais.

Encaminhamento - não foi aprovado o critério único de vacinação dos servidores para retorno das atividades presenciais. O colegiado concluiu que a vacinação dos servidores não será suficiente para o retorno desconsiderando a necessidade de vacinação dos alunos, a utilização de transporte público para chegar ao Instituto e replicação de risco de contaminação aos familiares. Foi considerado também a agressividade das novas variantes de Covid-19, que tem ceifado vidas até dos mais jovens, nesta região amazônica.

Outro ponto, o pedido de flexibilização dos 200 dias letivos, uma vez que as atividades são por ensino remoto. O MEC considerou que flexibilizou para o ensino virtual, o que já deve ser suficiente e não vê a necessidade de flexibilizar a quantidade de dias letivos. Então, caso haja necessidade de flexibilização dos 200 dias letivos, as instituições deverão apresentar justificativa pautada em dados e indicadores.

Quanto à redução orçamentária de 2021 - O Ministro contextualizou que é improvável a mudança desse cenário, considerando o momento de baixa arrecadação fiscal do país. A solução será sensibilizar os parlamentares para que sejam destinadas emendas parlamentares para a educação.

De modo geral, a reunião da diretoria do CONIF com o MEC não resultou em avanços nesses três pontos: retorno de atividades presenciais em março/2021; pedido de flexibilização dos 200 dias letivos e; sem reversão das reduções orçamentárias à Rede Federal.

3.4. Orçamento 2021.

O Prof. Jackson Bezerra Nunes, Diretor de Orçamento e Finança (DOF), informou que foi feita a descentralização de recursos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para os *campi*, em 08/02/2021. Este ano, já foi liberado a totalidade do valor para a execução em 2021, R\$ 727.729,60. Este valor superou o do ano anterior. Devemos estabelecer como meta para 2021, executar 100 % desses recursos. Em 2020, foi executado 95% dos recursos do PNAE. Foi a primeira vez que atingimos um percentual tão alto de execução do PNAE, possibilitado devido às alterações permitidas para a execução desse recurso durante a pandemia, como política pública adotada pelo Governo Federal para repasse de alimentos à estudantes carentes do ensino fundamental.

Aguardamos da aprovação da LOA do IFRO (Lei Orçamentária Anual). Foi liberado 41% do valor orçamentário previsto, e o restante dos 59% não aparece no sistema, de forma que ainda não sabemos qual o valor do orçamento para 2021. Deste 41%, foi liberado 1/18 avos para janeiro e 1/18 avos para fevereiro. Foram descentralizados os recursos para os *campi*, mas como os valores são muito baixos, os *campi* tem demandas pendentes para serem atendidas dos atuais contratos. Então, o Prof. Jackson solicitou aos *campi* que encaminhem o detalhamento por e-mail, para que a reitoria possa conhecer os recursos que faltam para o cumprimento das obrigações de cada *campus*.

Para o financeiro, foi liberado três vezes este ano, aos poucos. Os recursos de emendas parlamentares só poderão ser liberados após a aprovação da LOA.

Foi solicitado o levantamento das estimativas de demanda por auxílios estudantis, para conhecimento de quantos alunos precisarão de atendimento de cada *campus*, antes de lançamento dos editais de auxílios estudantis, para verificação de disponibilidade orçamentária.

O Prof. Leonardo perguntou como será feita a divisão orçamentária internamente, para as unidades do IFRO. Será feita apenas quando for aprovada a LOA, se a divisão será igualitária por unidade ou sob análise das despesas de cada *campus*. Considerou o desafio com os cortes previstos para a educação, reiterados na última reunião que foi relatada com o ministro. Porque essa definição dos valores é muito importante para o planejamento das ações do *campus*.

O Prof. Uberlando esclareceu que não é possível fazer a divisão por unidade até a aprovação definitiva do valor do orçamento na LOA. O que foi informado até agora, é que haverá um corte de 22%. Apontou ainda, que este ano, continuamos em uma economia forçada das despesas, pela previsão de atividades remotas no primeiro semestre, que acarreta na redução de alguns gastos operacionais. Mas quando as atividades presenciais retornarem, as despesas de funcionamento da instituição impactarão o orçamento de custeio.

3.5. Concurso Público.

A Sr.^a Débora informou que o levantamento de servidores do IFRO em grupo de risco será divulgado em breve, com dados a partir dos servidores que responderam o formulário *on line* da pesquisa.

Antes de lançamento de concurso público, primeiramente, temos que ter a aprovação da LOA. Está em andamento as demandas para contratação de banca, como o fechamento de conteúdo programático, entre outros.

Estamos tentando aproveitamento de concursos de instituições (IFs) de outros estados, mesmo assim, não foi possível o preenchimento de todas as vagas.

Ela informou ainda, que para a concessão dos pedidos de redistribuição de servidores que já estão prontos, apenas será possível após a aprovação da LOA.

3.6. Oferta de capacitação para Administrador do Moodle.

O Prof. Aloir informou que o prazo para resposta ao processo de indicação dos servidores para capacitação como administrador da Plataforma Moodle, se encerrará dia 18/02.

DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) - O IFRO está dialogando proposta de parceria com o DEPEN, para a oferta de cursos FIC para os apenados.

Informes DEPLAN - O Sr. Arijuan solicitou a atualização das informações no Sistema Redmine sobre os projetos estratégicos e indicadores para os setores da reitoria, e os dados sobre os PATs (Planos Anuais de Trabalho) para todas as unidades. O prazo é até 02/03/2021.

Informes PROEN - O Prof. Edslei reforçou o pedido de debate nos *campi* para avaliar sobre o ensino com atividades presenciais, em sistema de rodízio. Para que os apontamentos sejam apresentados nas próximas reuniões.

4. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

O Presidente do Colégio de Dirigentes agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. E eu, Flávia Cristina do Nascimento Anziliero, Secretária Executiva, lavrei esta ata.



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Reitor**, em 25/02/2021, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Cristina do Nascimento Anziliero, Secretária Executiva**, em 26/02/2021, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Ariadne Joseane Felix Quintela, Diretor(a) Geral**, em 26/02/2021, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Cristina Pereira Santos, Pró-Reitor(a) de Administração**, em 26/02/2021, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aremilson Elias de Oliveira, Diretor(a) Geral**, em 26/02/2021, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Débora Gonçalves de Lima, Diretor(a) de Gestão de Pessoas**, em 26/02/2021, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aurélio Anequine de Macedo, Diretor(a) Geral**, em 28/02/2021, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aloir Pedruzzi Junior, Diretor(a) de Educação a Distância**, em 01/03/2021, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Pereira Leocádio, Diretor(a) Geral**, em 01/03/2021, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato Delmonico, Diretor(a) Geral**, em 01/03/2021, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Enio Gomes da Silva, Diretor(a) Geral**, em 04/03/2021, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Alves Lima Júnior, Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação**, em 05/05/2021, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erlan Fonseca de Souza, Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação**, em 02/06/2021, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1165417** e o código CRC **FA63B4C9**.